

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.057 - MG (2019/0147233-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **GIOVANI RIBEIRO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **EDUARDO LUIZ DE AZEVEDO LADEIA - SP198411**
RECORRIDO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **CRISTIANE DE OLIVEIRA ELIAN E OUTRO(S) - MG096351**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. RESCISÃO DE SENTENÇA EXTINTIVA DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 966 DO NCPC. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS. SÚMULA N. 283/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GIOVANI RIBEIRO DOS SANTOS, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 95):

AÇÃO RESCISÓRIA – RESCISÃO DE SENTENÇA EXTINTIVA DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO COM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 966 DO CPC – IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA — PRECEDENTES DO STJ. As hipóteses que ensejam a rescisão da sentença estão arroladas no art. 966 do Código de Processo Civil, sendo que o rol, taxativo, não admitindo ampliação analógica ou extensiva, assim como também não substitui ação anulatória. Extinto o processo sem julgamento de mérito.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 117-134), o recorrente alega violação dos arts. 290 e 966, V, do Código de Processo Civil de 2015, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, o cabimento da ação rescisória, tendo em vista que há

manifesta violação de norma jurídica, qual seja, o art. 290 do NCPC.

Ressalta que é inexigível o pagamento das custas, pois a distribuição foi cancelada na fase pré-jurisdicional, sendo que o processo não se constituiu.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 164-171).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 183-185).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que o recurso em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Com relação ao cabimento da ação rescisória, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fls. 97-101):

O presente feito enseja o julgamento antecipada da lide, tendo em vista a matéria tratar-se apenas de direito.

A presente ação tem por escopo desconstituir sentença que após extinguir o feito a pedido do próprio autor, determinou o recolhimento das custas processuais.

Em que pesem os argumentos lançados pelo ilustre Des.

Adriano Mesquita, o fato é que inexistem as condições que ensejassem até mesmo a admissão da presente ação rescisória.

Sobre o tema, dispõe o art. 966 do Novo Código de Processo Civil:

(...)

No caso em exame, como visto, pretende o autor a rescisão da sentença proferida ao argumento de que inexistiria a possibilidade de condenação nas custas processuais, o que inviabilizaria o protesto e a própria cobrança das custas, esquecendo-se entretanto, que o mesmo teria ação própria para inviabilizar os atos administrativos que derivaram da sua oposição de pagamento às custas processuais.

Isso porque a natureza tributária das custas judiciais não sustentaria a liberalidade com que se vem tratando a matéria neste especial particular, em função da própria indisponibilidade dos créditos tributários e sua repercussão no orçamento do Poder Judiciário, que há muito se encontra em situação deficitária e carente de recursos financeiros, sendo a forma de visão cega defendida por muitos, uma das razões pelas quais nosso orçamento vem esbarrando nos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, durante seguidos anos.

(...)

Desse modo, não se mostra cabível o ajuizamento da ação rescisória, mas sim ação anulatória, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Logo, carecendo a presente ação rescisória de pressuposto para sua constituição válida e regular, deve ser extinta sem resolução do mérito.

Diante do exposto, casso o efeito suspensivo deferido pelo ilustre Des. Adriano Mesquita e extingo o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00, nos termos do art. 85, § 8º do Código de Processo Civil.

Conforme é possível verificar, os fundamentos adotados pela Corte *a quo* não foram objeto de impugnação nas razões do recurso especial, e a manutenção de argumentos que, por si sós, mantêm o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO, PRESCRIÇÃO DO FEITO EXECUTIVO E IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ÓBICES SUMULARES E INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NÃO CABIMENTO, NESTA SEDE, UMA VEZ QUE AUSENTE O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

1. A ausência de impugnação específica das razões pelas quais o Tribunal a quo deixou de conhecer da matéria atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

[...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1443474/CE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 02/06/2015, DJe 15/06/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS. SÚMULAS NºS 283 E 284/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja a incidência, por analogia, dos enunciados das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

3. Não é possível, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ, a revisão do valor dos honorários advocatícios na hipótese em que, além de estarem dentro da razoabilidade, foram fixados por meio de apreciação equitativa, com base no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 572.823/SC, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 23/04/2015)

Ademais, a revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, a incursão do acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito do recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 100,00 (cem reais).

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator